

HABEAS CORPUS Nº 547.786 - MS (2019/0352952-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : FABIO AUGUSTO ROSA
ADVOGADO : FABIO AUGUSTO ROSA - SC011112
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : ANDERSON GOMES ALVARENGA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em benefício de ANDERSON GOMES ALVARENGA contra decisão de Desembargador integrante do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que indeferiu a liminar no HC n. 5028222-04.2019.4.03.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente, após ser preso temporariamente, teve prisão preventiva decretada por, supostamente, integrar organização criminosa voltada para a prática do tráfico internacional de drogas.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que indeferiu a liminar (e-STJ fls. 68-77)

Nesta via, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que não estão presentes os requisitos para a decretação e a manutenção da medida extrema.

Assim, requer, liminarmente, seja concedido ao paciente o direito de responder ao processo em liberdade.

É o relatório.

A insurgência não merece acolhimento.

É que, é cediço que esta Corte Superior, nos termos do enunciado sumular 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de que "*não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância*" (AgRg no HC 252.412/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 9-10-2012, DJe 17-10-2012), destacando que "*O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha que não escapa à pronta percepção do julgador*" (AgRg no HC 300.610/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4-9-2014, DJe 15-9-2014).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular.

Com efeito, a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações:

"Depreende-se da decisão ora impugnada que, em trabalhos de investigação conduzidos na chamada

Operação Alba Virus, foi apontada a intensa ***participação do paciente em uma organização criminosa sofisticada e organizada, voltada para o tráfico internacional de entorpecentes*** responsável, segundo as investigações, pela remessa de vultosa quantidade de cocaína para o exterior.

A decisão aponta que o paciente goza de papel relevante no seio da organização criminosa. Não só possui relação de intensa proximidade com os indivíduos apontados como líderes da organização, como também ***seria o responsável por uma das empresas de fachada do grupo, usada no sofisticado e organizado esquema de remessa de drogas para o exterior.***

[...]

Assim, as provas mencionadas na decisão coatora indicam que a atuação do paciente na Organização Criminosa é de extrema relevância. Ele não só desempenha funções na empresa de fachada do grupo, usada para camuflar a droga e enviar para o exterior, como também consta como ***beneficiário de pagamentos expressivos na planilha de despesas do grupo criminoso e usava um sistema de comunicação especial para manter as conversas com o grupo protegidas de eventual fiscalização. E ainda, parece ser responsável pela aquisição de passagens para supostas mulas.***

Destaco que a apreensão do 'Kit de comunicação' (próprio, criptografado e irrastrável) usado pelo grupo na residência do paciente desvela a proximidade e relevância do seu envolvimento com os demais membros.

Outrossim, seu papel de gestão na empresa envolvida na remessa de carne congelada contaminada com cocaína denota a possibilidade de reiteração delitiva.

Ademais, a ***participação anterior do paciente no crime de tráfico internacional de entorpecentes***, juntamente com um mesmo envolvido nas investigações ora promovidas pela Polícia Federal (Eder), também desvela a necessidade da manutenção da sua prisão para evitar a reiteração delitiva e resguardar a ordem pública.

O magistrado amparou-se na gravidade concreta da conduta em tese praticada para decretar a prisão preventiva como forma de garantir a ordem pública. Com efeito, a ***expressiva quantidade de cocaína exportada pelo grupo*** revela a gravidade concreta da conduta, sendo imprescindível a decretação da prisão preventiva como forma de resguardar a ordem pública.

Superior Tribunal de Justiça

Acrescente-se ainda que o paciente é apontado como integrante de uma organização criminosa sofisticada, organizada, com alto poder aquisitivo, espalhada por mais de um estado da federação e em plena atividade. Tratando-se de organização criminosa destinada ao tráfico internacional de entorpecentes, com elevado poder aquisitivo, altamente organizada e espalhada em diversos estados da federação, existe a real possibilidade de que o paciente prejudique as investigações" (e-STJ fls. 75-77, grifou-se.).

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator